

QUE FAZER? COMO FAZER E PARA QUE FAZER? : UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 NOS ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA NA BAIXADA FLUMINENSE

Natália Barbosa da Silva

*Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-
PPGE/UFRJ. E-mail: nathy.ufrj@gmail.com*

Resumo

O presente trabalho é uma análise de um estudo de caso realizado em uma escola de um município da baixada fluminense. Esse estudo reuniu nove professores, que atuam nos anos iniciais e que responderam a um questionário com perguntas abertas e semiabertas de uma escola localizada no município de Belford Roxo. O estudo é resultado de um trabalho de conclusão de curso em pedagogia, o seu recorte está voltado para a formação de professores e sua atuação no trabalho com o que é posto pela lei 10.639/2003. O objetivo é compreender de que forma os professores dessa determinada escola estão entendendo o teor da lei, a sua importância, as possibilidades e dificuldades e como, através de sua formação inicial e continuada, inserem em seu currículo os objetivos propostos em busca de uma construção de educação antirracista que trabalhe a história e cultura afro-brasileira e africana.

Palavras chaves: Lei 10.639; Formação de professores; Educação.

Introdução

A história do Brasil e conseqüentemente a educação brasileira, foi forjada através de uma política de embranquecimento, eurocêntrica e colonizadora. Apesar da formação da população brasileira ser composta de diferentes etnias indígenas e africanas, a supremacia europeia, no que se percebe na história e formação cultural da população, é que vigora nas

relações sociais, econômicas e educacionais. Alguns movimentos sociais, especificamente o movimento negro, atuam na resistência em busca da ruptura com esse sistema desde os primórdios da escravidão, passando pelo período pós-abolição até a institucionalização do movimento negro. Diferentes proposições e ensaios de uma sociedade mais igualitária, justa e antirracista foram feitas. Entre elas destaca-se a inserção da discussão e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, redação dada pela lei nº 10.639 em 2003, modificada pela redação da lei nº 11.645 em 2008, que insere também a história e cultura indígena.

A referida lei não surgiu de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva. (PEREIRA & SILVA, 2013, p.126)

Segundo Pereira (2013), a lei é fruto do engajamento do movimento negro ao qual é pouco relatado e acrescido nos currículos da educação básica. A redação dada pela a promulgação da Lei 10.639 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, (BRASIL, 1996) inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Especifica também a inclusão da luta do movimento negro, da história da África e dos africanos e as contribuições da cultura negra para a formação da população brasileira, preferencialmente nas disciplinas de educação artística, literatura e história. É um marco importante, pois além de institucionalizar a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, permite caminhos possíveis para uma educação antirracista.

A educação pode se tornar assim um dos percursos viáveis para a transformação de uma sociedade antirracista e desigual. Nesse sentido, é crucial que nos anos iniciais do ensino fundamental o currículo esteja em concomitância com essas discussões. Segundo Cavalleiro (2001), as crianças, desde pequenas, são influenciadas pelo racismo e desigualdade, são ensinadas a construir suas identidades por uma perspectiva eurocêntrica, não reconhecem a origem de suas histórias e ancestralidade por uma perspectiva africana. Quando se fala das crianças negras, a situação é ainda mais alarmante, desde muito cedo tem suas identidades forjadas através da branquitude, não se aceitam como pretas e despreza a cor, cabelo e parte de sua história. Não é raro encontrar na escola, mesmo com as crianças

menores, falas racistas, apelidos pejorativos e autorretratos que não condizem com a sua verdadeira imagem, no geral muitas crianças negras se desenham brancas.

A escola não proporciona, de forma abrangente, os espaços para as desconstruções frente à imagem e história do povo negro e a centralidade imposta pela história do ocidente. Segundo Gomes (2001), muitos educadores tendem a reafirmar e reproduzir algumas práticas racistas. Há uma dificuldade em estabelecer rupturas, o que ocasiona em práticas pedagógicas excludentes. Da escolha de um mural, até a forma como os meninos pretos são tratados, a escola, muitas vezes, proporciona e reafirma toda a exclusão racial e social que perpetua na sociedade. Isso acontece, segundo Gomes (2008), em virtude da própria formação cultural e social construída em nossa subjetividade, devido aos conceitos ensinados enquanto crianças e até mesmo na vida adulta. As construções sociais em razão do ser negro foram estereotipadas, em grande escala, reportadas ao um senso comum “forjando o imaginário sobre a nossa ancestralidade negra e africana” (GOMES, 2008). Para Gomes:

Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no da pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão. Passemos em revista a forma como aprendemos a ver a África e os africanos escravizados em nossa trajetória escolar. Somos ainda a geração adulta que durante a infância, teve contato com a imagem do africano e seus descendentes no Brasil mediante as representações dos pintores Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas sobre o Brasil do século XIX e seus costumes. Africanos escravizados recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, os instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas são as imagens mais comuns que povoam a nossa mente e ajudam a forjar o imaginário sobre a nossa ancestralidade negra e africana. (GOMES, 2008, p. 75)

A inserção da lei 10.639/03 na educação básica é um dos caminhos possíveis para o avanço e modificações dessas práticas. Junto à lei, documentos norteadores, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNS) apontam possibilidades para desconstruções e construções de uma educação antirracista. Entretanto, ainda há uma ausência dessas discussões e de um currículo que aborde essas perspectivas. Uma grande parcela dos educadores da educação básica, e especificamente dos anos iniciais do ensino fundamental, ainda sentem dificuldade e não inserem de forma crítica o que a lei propõe. O trabalho, muitas vezes, acaba se tornando um tema transversal, abordado através de projetos, principalmente no mês de novembro.

Com o intuito de compreender de que forma professores da educação básica, que atuam nos anos iniciais, inserem no currículo o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, esse trabalho é uma análise da formação de professores para o trabalho com a lei 10.639/2003. Ele é um recorte de um trabalho de conclusão de curso¹, que teve como base a análise da implementação da lei 10.639/2003 no currículo dos anos iniciais na visão dos professores, da equipe de gestão diretiva e pedagógica e do Projeto Político Pedagógico (PPP). O objeto escolhido foi à formação dos professores e como a mesma contribui ou não para o entendimento e aplicação da lei no cotidiano escolar.

A formação de professores é crucial para o bom desempenho do trabalho pedagógico, nesse sentido, a formação pedagógica tem que estar vinculada as diversidades educacionais e sociais presentes no universo escolar. É necessária uma formação que se comprometa a discutir acerca das questões que estão na sociedade. A construção de uma identidade passa por um currículo que permita essa discussão. O objeto de estudo concentra-se na formação desses professores e como ela se materializa na prática.

Segundo Cavalleiro (2006), a sociedade brasileira ainda silencia no que se refere ao racismo e desigualdade. Na educação, isso se transparece no cotidiano, nos diálogos e em práticas que buscam ser homogêneas, mas que não valorizam as especificidades, culturas, histórias e identidades dos grupos étnicos que fazem parte do ambiente escolar. É imprescindível que educadores estejam inteirados sobre as questões pertinentes ao racismo, práticas eurocêntricas e a importância de sua desconstrução. Segundo Cavalleiro (2006):

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. (CAVALLEIRO, 2006, p 23)

¹ Trabalho de conclusão de curso de autoria própria com o título: **História e Cultura Africana: desafios na aplicação da lei 10.639/2003 nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal da Baixada fluminense**. Apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em dezembro de 2016.

Para compreender e desconstruir essa hierarquização que Cavalleiro (2006), coloca na citação acima, é necessário uma formação educacional pautada nas relações étnico-raciais e em uma educação antirracista. A formação do professor precisa estar voltada para o enfrentamento do racismo, e ao mesmo tempo a troca de saberes sobre as culturas e histórias africanas, que por muitos anos foram omitidas pela educação ocidental.

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica depende muito da formação inicial de profissionais da educação. Eles ainda precisam avançar para além dos discursos, ou seja, se por um lado, as pesquisas acadêmicas em torno da questão racial e educação são necessárias, por outro lado precisam chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente. (MONTEIRO, 2006, p 128)

Dessa forma, considerando o que foi exposto na citação acima por Monteiro (2006), não há como desconsiderar ou abrir mão de uma formação docente que esteja pautada nessas questões. Há uma diversidade de materiais pedagógicos, teóricos e pesquisas sobre o trabalho com história e cultura afro-brasileira e africana, assim como a questões étnico-raciais. Entretanto, entender de que forma os professores, que atuam diretamente com os alunos dos anos iniciais, estão compreendendo e trabalhando com a temática em sala de aula perpassa em uma análise de sua formação profissional e educacional. O objetivo central dessa análise é compreender de que forma os professores dessa determinada escola estão entendendo o teor da lei, a sua importância, as possibilidades e dificuldades e como, através de sua formação inicial e continuada, inserem em seu currículo os objetivos propostos em busca de uma construção de educação antirracista que trabalhe a história e cultura afro-brasileira e africana.

Metodologia

A metodologia utilizada foi análise dos dados coletados e revisão bibliográfica. Segundo Silva (2016), os dados foram recolhidos através de questionários com 12 perguntas estruturadas e semiestruturadas aplicados em dezembro de 2015. Os questionários foram aplicados em momentos distintos e respondidos de forma individual. As questões de 1 a 8 tinham como objetivo conhecer, de forma mais direta, o perfil do grupo de professores, idade, sexo, cor, formação acadêmica, tempo de serviço no magistério e na escola pesquisada e se conhecia a lei 10.639/2003. As demais questões eram de caráter discursivo e buscavam

compreender de forma mais precisa o entendimento da lei pelo grupo, sua forma e estratégias para aplicação e como a enxergavam dentro do contexto escolar. (SILVA, 2016)

A revisão bibliográfica utilizada está pautada em autores que discutem as relações étnico-raciais, assim como construção de uma educação antirracista; no teor da própria lei; e em alguns documentos que a norteiam como as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Orientações para as Relações Étnico-Raciais.

Resultados e Discussão

Os resultados dos questionários demonstra que o grupo de professores da escola pesquisada é em sua maioria feminino, jovem, com idade entre 20 e 32 anos, com a média de 67% com nível superior completo, entretanto não necessariamente voltado ou específico para os anos iniciais. A maioria está menos de dez anos em exercício no magistério e de três anos na escola pesquisada. 45 % se declaram como brancos; 11% como negros; 11% como pretos e 33% como pardos, o critério de cor ficou em aberto para que cada participante coloca-se como se autodeclarava, nesse caso não se utilizou os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .

Sobre o conhecimento da lei, apenas 22% dos docentes disseram não conhecê-la. Segundo Silva (2016), a opinião do grupo ficou distinta na questão 8 do questionário. Essa era em referência ao nível de conhecimento da lei. 34% disseram conhecê-la em nível básico, 22% intermediário, 22% em nível mínimo e 22% não conhecerem. A maioria do grupo, segundo a análise do questionário, demonstra interesse e preocupação em aplicar a lei.

Segundo Silva (2016), a segunda parte das respostas dos questionários precisou ser dividida em tabelas com categorias e subcategorias, uma vez que correspondem a questões semiestruturadas e discursivas. A primeira tabela trouxe as estratégias utilizadas pelos professores para a aplicação da lei. Apenas 11% disseram utilizar a literatura e 44%, utilizam conversas entre o cotidiano do aluno e conhecimento institucionalizado. Ou seja, percebe-se uma fragilidade em utilizar materiais que possam enriquecer mais os conhecimentos dos alunos. Entre as estratégias Silva pondera.

Entre as estratégias aproveitadas é importante destacar o fato de que são executadas de forma individual, ou seja, não há coletividade nas experiências. Algumas respostas trouxeram a insatisfação e ausência de recursos, resultando em ações pessoais sem necessariamente obterem alguma reflexão sobre o real sentido e importância do seu uso. (SILVA, 2016, p. 52)

Percebe-se, nesse sentido, a necessidade de uma formação docente que amplie os horizontes e perspectivas em torno do que é o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O manuseio e utilização apropriada de recursos como literatura, música, filmes, reportagens e jogos necessitam de uma formação e informação prévia que não trabalhe apenas como mais um “material pedagógico”. É necessário entender seu uso, as discussões, significados e importância para as relações que se estabelecem no cotidiano da escola, principalmente nas leituras e interpretações que cada material desse tem para crianças em processo de construção da sua identidade.

Segundo Gomes (2003), a formação de professores no Brasil ainda é “desinformada” e não traz uma discussão ampla e profunda das matrizes africanas, da herança herdada através da cultura, dança e histórias, assim como dos movimentos de resistências. Apesar de termos avanços significativos em algumas áreas das ciências humanas, ainda é importante ampliar a discussão e desconstruir o meio acadêmico eurocêntrico.

A segunda tabela está relacionada aos aspectos positivos na lei. 33% responderam que ela ajuda a corrigir injustiças, 11% mencionaram não haver aspecto positivo por conta da ausência de planejamento para sua aplicabilidade. É necessário observar nesse ponto que em muitas escolas e redes de ensino o tempo de planejamento do professor não é respeitado.

A terceira tabela diz respeito às questões problemáticas da lei. 33% não veem questões problemáticas, 11% dizem que a lei é vaga por não haver inciso e 11% dizem que não há ausências de medidas para colocá-la em prática por não haver divulgação.

A quarta tabela demonstra as dificuldades para o trabalho com história e cultura africana e afro-brasileira no cotidiano escolar. 55% disseram que as dificuldades estão em não haver material didático específico, 33% por causa dos pré-conceitos dos alunos e 11% diz haver conflitos religiosos. Segundo Silva (2016) as análises dos questionários:

Através dos questionários e das imbricações teóricas, é possível perceber que nessa escola o corpo docente ainda não tem clareza do que é e como trabalhar a lei 10.639/2003 de forma plena. Para a maioria, é mais um exigência que veio a somar no currículo e que é trabalhado de forma rasa, sem uma verdadeira reflexão do que significa a desconstrução do racismo e construção de um espaço que valorize a

diversidade. Apesar disso, tentam de alguma forma, incluir em seus planejamentos diários alguma discussão sobre o tema, as formas de preconceito e racismo velado. Porém, trabalhar com história e cultura africana vai para além do planejamento diário, é necessário debater e entender as questões políticas e sociais que estão envolvidas. Não é trabalhar mais um conteúdo no currículo, é romper com o tradicional e estar esclarecido das mudanças que se estabelecem a partir da ruptura com a cultura eurocêntrica. (SILVA, 2016.p 60)

Segundo a análise de Silva (2016), o corpo docente, ainda que tenha ações individuais e ensaios de um trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira, não há uma ruptura de fato com o currículo hegemônico e eurocêntrico. A ausência de uma reflexão para a educação das relações étnico-raciais e antirracistas pautadas no que a lei 10.639/2003 propõe a discutir percorre na discussão dentro dos currículos dos cursos de licenciaturas e pedagogia, além do investimento para uma formação continuada que aconteça dentro do horário de trabalho respeitando o tempo de planejamento do professor.

Conclusão

Através deste trabalho foi possível identificar que a formação de professores no Brasil ainda tem uma defasagem no que diz respeito às discussões para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Docentes que atuam nos anos iniciais ainda demonstram dúvidas em torno da lei 10.639/2003, a forma de desenvolvimento do trabalho e os materiais que podem ser utilizados. Percebe-se também, que apesar das diretrizes curriculares mencionarem a importância da formação continuada, ainda é distante do chão da escola. Professores e professoras se encontram, em diversas situações, sozinhos e necessitam de auxílio pedagógico e suporte teórico

É importante lembrar que esses professores também são frutos de uma educação eurocêntrica e colonizadora, estão em processo de desconstrução e construção de suas identidades. Os cursos de licenciatura e pedagogia precisam salientar de forma mais ampla as histórias, culturas africanas e afro-brasileiras, rompendo com o currículo tradicional e trazendo uma nova percepção de construção de identidade brasileira. Por outro lado, é necessário o incentivo à formação continuada e as possibilidades para que ocorra. O tempo de planejamento, encontros em pequenos grupos, auxílio pedagógico e divulgação de materiais disponíveis como as literaturas infantis e jogos, precisam ocorrer de forma constante no

cotidiano da escola. Dessa forma, será possível uma formação docente antirracista e voltada para a desconstrução e construção de identidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html

BRASIL. MEC; Conselho Nacional de Educação: Parecer Homologado. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. CNE/CP 003/2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

BRASIL. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004. Disponível em 84 <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>

BRASIL lei 11.645, de 10 de março de 2008- Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In_____. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001, p.141-160.

_____. Introdução. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. SECAD, 2006, p.16-26.

GOMES, Nilma L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001,p.83-96.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03.** Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio F. & CANDAU, Vera M. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª. Ed.- Petrópolis, RJ: VOZES, 2008. p.67-89.

MONTEIRO, Rosana Batista. Licenciaturas. In: **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. SECAD, 2006, p.123-138.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Cadernos de História. PUC-Minas. Belo Horizonte- MG, v. 12, 2011 p. 25-45.

_____. **Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX**. XXVII Simpósio Nacional de História- Conhecimento histórico e diálogo social. Natal- RN. 2013 .

SILVA. Natália Barbosa. **História e Cultura Africana: desafios na aplicação da lei 10.639/2003 nas séries iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal da Baixada fluminense**. 2016.172 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.